

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O DESAFIO DOS GESTORES EDUCACIONAIS  
FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Adineia Rossetto Santin**

**Constantina, RS, Brasil**

**2012**

# **O DESAFIO DOS GESTORES EDUCACIONAIS FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**Adineia Rossetto Santin**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientadora: Leila Adriana Baptaglin**

**Constantina, RS, Brasil**

**2012**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**O DESAFIO DOS GESTORORES EDUCACIONAIS FRENTE À  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

elaborada por

**Adineia Rossetto Santin**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Profa. Ms. Leila Adriana Baptaglin (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Profa. MS Cristiane Ludwig (UFSM)**  
(Membro)

---

**Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim (UFSM)**  
(Membro)

---

**Cícero Santiago (UFSM)**  
(Suplente)

Santa Maria, 30 de novembro de 2012.

## RESUMO

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O DESAFIO DOS GESTORES EDUCACIONAIS FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

AUTORA: ADINEIA ROSSETTO SANTIN

ORIENTADORA: LEILA ADRIANA BAPTAGLIN

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 30 novembro de 2012.

O presente trabalho refere-se à inclusão de alunos com deficiência intelectual nas escolas comum. O objetivo deste buscou-se investigar o desafio dos gestores frente a educação inclusiva. A pesquisa realizou-se em três escolas do Município de Constantina-RS, sendo uma Escola Especial-APAE, uma Escola Estadual de Ensino Médio e uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, entrevistando Gestores e Professores que atuam ou atuaram em sala de aula com alunos, cujo os mesmos possuem diagnóstico Neurológico Deficiência Intelectual. A partir desta realidade evidenciada no município de Constantina, procuramos através das entrevistas articular duas grandes categorias, quais sejam: Concepção de Inclusão e Estratégias/trabalhos realizados com a perspectiva de inclusão. O resultado da pesquisa elegem algumas dificuldades que os educadores enfrentam no cotidiano escolar e apontam um conjunto de ações que podem favorecer este processo.

**Palavras chave:** Educação inclusiva. Ensino de qualidade. Gestão Escolar.

## **ABSTRACT**

Monograph Specialization  
Postgraduate Course Distance  
Lato Sensu Specialization in Educational Management  
Universidade Federal de Santa Maria

### **THE CHALLENGE AHEAD OF EDUCATIONAL MANAGERS TO INCLUSIVE EDUCATION**

**AUTHOR: ADINEIA ROSSETTO SANTIN**

**ADVISER: LEILA ADRIANA BAPTAGLIN**

Date and Local Defence: Constantina / RS, November 30, 2012.

The present work refers to the inclusion of students with intellectual disabilities in common schools. The objective of this we sought to investigate the challenge facing managers of inclusive education. The research was conducted in three schools in the city of Constantine-RS, one-APAE Special School, a state school and a high school School District elementary schools, interviewing teachers and managers who work or worked in the classroom, which have the same diagnosis Neurological Intellectual Disabilities. From this fact evident in the city of Constantine, looking through the interviews articulate two main categories, namely: Design and Strategies of Inclusion / work undertaken with the prospect of inclusão.O search result elect some difficulties that educators face in daily school and identify a number of actions that can facilitate this process.

**Keywords:** Inclusive Education. Quality education. School Management.

## SUMÁRIO

<b>CONHECENDO O PROCESSO PARA A ELABORAÇÃO DESTA PESQUISA: ORGANIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>07</b>
<b>1 A LEGISLAÇÃO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....</b>	<b>11</b>
1.1 A função do Gestor Escolar.....	16
<b>2 GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PERSPECTIVA NECESSÁRIA E EMERGENTE NA ESCOLA.....</b>	<b>20</b>
<b>3 APRESENTANDO OS COLABORADORES DESTE PROCESSO.....</b>	<b>24</b>
4.1 Contexto investigativo .....	24
4.2 Concepção de inclusão .....	27
4.3 Estratégias/trabalhos realizados com a perspectiva de inclusão .....	31
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>

## **CONHECENDO O PROCESSO PARA A ELABORAÇÃO DESTA PESQUISA: ORGANIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

Este estudo surge a partir do pensar sobre o desejo e o desafio de saber ensinar todos aqueles conhecimentos que permitirão ao educando com Deficiência Intelectual atuar no mundo em que vive de forma crítica e consciente. Desde as habilidades básicas como saber ler, escrever, fazer as operações matemáticas, até as tecnicamente mais elaboradas, os conhecimentos sistematizados e as artes, ajudando-o a construir como sujeito social.

A tarefa de ensinar requer preparo, compromisso, envolvimento, responsabilidade e uma formação de qualidade.

Com a concepção frente ao papel do professor, a inclusão expressa uma dimensão de direitos humanos e justiça social que pressupõe o acesso pleno e a participação de todos nas diferentes esferas da estrutura social, a garantia de liberdades e direitos iguais e o estabelecimento de princípios de equidade. Faz acreditar que é essencial construir, por meio de processos educativos, formas solidárias de convivências entre todos os alunos.

Todos precisam aprender juntos, mas para tanto é preciso conviver com as diferenças que a natureza tem posto no mundo.

Pensando assim, buscamos desenvolver a pesquisa envolvendo a Educação Inclusiva, com o interesse em buscar mais conhecimento sobre esta área de atuação.

Diante dessa situação, algumas questões serão trabalhadas, principalmente na relação entre a gestão escolar, a educação inclusiva e as orientações comportadas nos documentos oficiais.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a postura dos gestores escolares frente à educação inclusiva nas Escolas Públicas. Também identificar os principais desafios frente à educação inclusiva, verificando a postura do gestor escolar diante da inclusão de alunos com deficiência intelectual nas Escolas Públicas e averiguar os saberes e fazeres que subsidiam a prática pedagógica da gestão escolar diante da educação inclusiva.

Sabemos que educação inclusiva é um dos novos desafios impostos à gestão escolar, em face das novas demandas que a escola enfrenta, no contexto de uma sociedade que se democratiza e se transforma. A escola se encontra, hoje, no centro de atenções da sociedade, porque é reconhecido que a educação, na sociedade globalizada e econômica, apresenta-se hoje com um grande valor estratégico para o desenvolvimento de qualquer sociedade, assim como condição importante para a qualidade de vida das pessoas.

A educação inclusiva fundamenta-se na concepção de educação de qualidade para todos, respeitando a diversidade dos alunos e realizando o atendimento às suas necessidades educativas. Isso implica adaptações diante das diferenças e das necessidades individuais de aprendizagem de cada aluno.

A educação inclusiva visa à pluralidade e à diversidade, exigindo um intercâmbio constante com a gestão educacional. Em virtude da sua abrangência, pressupõe adaptações, adoção de apoios, tanto pessoal (equipe de gestão, professores e funcionários) quanto materiais adequados e apropriados. Para Mendes (2002, p. 61), “a educação inclusiva é uma proposta de aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado inclusão social”.

Diante do exposto, consideramos que a escola inclusiva é um grande desafio, e o desempenho do gestor é vital para que ela se efetive. O gestor é quem viabiliza mudanças estruturais na escola, não somente na estrutura física, mas na estrutura humana, social e filosófica. Sendo assim, é imprescindível o constante debate, reflexão e envolvimento dos educadores. E, a partir das reflexões propostas neste trabalho, esperamos contribuir para a compreensão da importância do papel do gestor escolar e suas implicações na criação de uma escola inclusiva, que atenda com qualidade e igualdade a todos.

Ainda o presente trabalho, foi organizado a partir de estudos qualitativos que permitiram a articulação e o uso da teoria na construção do desenvolvimento do mesmo. Através da pesquisa realizamos a descoberta de novas informações para a verificação e ampliação do conhecimento existente. Esta análise desenvolve-se ao longo de um processo que se configura em inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a apresentação dos resultados obtidos.

A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações médias e estatísticas.

Buscamos assim, realizar um estudo em três escolas localizadas na cidade de Constantina, RS, sendo uma Escola Especial (mantida pela Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Constantina-APAE) que denominaremos (escola A), uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (escola B), uma Escola Estadual de Ensino e Médio (escola C).

Primeiramente entramos em contato com estas escolas a fim de verificar a disponibilidade na participação da pesquisa. Posteriormente a isso, realizamos uma análise documental no PPP das instituições, a fim de que pudessemos identificar o que as escolas trabalham e quais suas concepções em relação à Educação Especial. Em um terceiro momento, foi realizado em contato com a equipe diretiva e os professores que já trabalharam em sala de aula, com algum aluno com necessidades educacionais especiais.

Analisando Croker (2009, p. 04) estes passos para a realização da pesquisa nos possibilitam pensar que:

Fazer pesquisa qualitativa é analisar e interpretar os dados, refletir e explorar o que eles podem propiciar buscando regularidades para criar um profundo e rico entendimento do contexto pesquisado. Pesquisar requer profunda habilidade na coleta de dados e uma escolha metodológica que proporciona uma estrutura para o processo de pesquisa.

A entrevista com os gestores nos auxiliou na compreensão de como estes vem trabalhando com esta modalidade de ensino. A entrevista, segundo Haguette (1997, p. 86) é compreendida como

Um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos.

Após a pesquisa, realizou-se a análise de conteúdo que ocorreu da seguinte forma: transcrição das entrevistas e descrição buscando salientar as dificuldades (ou não) enfrentadas pelos gestores em suas escola diante da Inclusão de alunos com

deficiência intelectual. Os dados obtidos se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados.

# 1 A LEGISLAÇÃO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O tema desta pesquisa diz respeito à educação como “inclusão de todos” na escola comum<sup>1</sup>. A partir disso, buscamos resgatar através das leis o que de fato é considerado um desafio para o Gestor Educacional frente à inclusão de sujeitos com deficiência Intelectual nas escolas, levando-nos a refletir a prática em sala de aula com um novo olhar, sensível às necessidades e diferenças de cada personagem, respeitando os limites e as possibilidades de crescimento individual e grupal de todo cidadão.

A Constituição Federal (1988), no seu Artigo 208, inciso III estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino. Nela ainda podemos citar vários momentos que deixam claro a importância da inclusão como: no art. 3º inciso IV, onde diz que deve haver promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem raça, sexo, idade e qualquer outra forma de discriminação; no art. 5º estabelece o direito à igualdade; no art. 205º o direito de todos à educação.

Mesmo com a legislação existente identificamos a presença de atitudes que caracterizam o profundo desrespeito com o direito da criança com necessidades especiais, e o gestor sendo o elo entre a escola e às mudanças, deve priorizar suas ações no respeito e na conscientização de todos do espaço escolar com o processo de inclusão.

É válido ressaltar, o caput do art. 5º da Constituição Federal de 1988 que diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...” É o oferecimento de oportunidades para todos, independentemente de raça, poder aquisitivo, expressão ideológica, religiosa, filosófica etc.

---

<sup>1</sup> Usa-se o termo Escola Comum, pois a mesma se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão. (Marcos Seesp-Mec Fascículo I.qxd 28/10/2010,p.9)

Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/ 96), assegura aos alunos com necessidades especiais o direito a currículo, métodos, recursos educativos e de organização específicos para atender às suas necessidades. Reza estabelecer o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais em classes comuns do ensino regular, bem como a capacitação dos docentes, para o atendimento a esta clientela.

Nesta perspectiva pode-se ressaltar ainda a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 07) que acredita e proclama

A educação de alunos com necessidades educativas especiais incorpora os princípios já comprovados de uma pedagogia saudável da qual todas as crianças podem beneficiar, assumindo que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades da criança, em vez de ser esta a ter de se adaptar a concepções predefinidas, relativamente ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica para todos os alunos e, como consequência, para a sociedade em geral, pois a experiência tem demonstrado que esta pedagogia pode reduzir substancialmente as desistências e as repetições e garantir um êxito escolar médio mais elevado. Uma pedagogia deste tipo pode também ajudar a evitar o desperdício de recursos e a destruição de esperanças, o que, muito frequentemente, acontece como consequência do baixo nível do ensino e da mentalidade – “uma medida serve para todos” – relativa à educação. As escolas centradas na criança são, assim, a base de construção duma sociedade orientada para as pessoas, respeitando quer as diferenças, quer a dignidade de todos os seres humanos.

O Decreto 3.298 regulamenta a Lei 7.853/89, que trata da Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência. Em seu artigo 8º,

Estabelece que é crime passível de punição com multa e de um a quatro anos de prisão recusar, suspender, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer grau, público ou privado, por ser portador de deficiência.

O direito à educação é assegurado a todos os brasileiros, pela Constituição Federal, independente de raça, idade e favorecer o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade. A escola é uma instituição que tem por finalidade ensinar bem a totalidade dos alunos que a procuram. Os alunos especiais precisam

de uma metodologia voltada para suas necessidades. Incluir uma criança com necessidades especiais na escola regular significa proporcionar aos alunos e ao professor o aprendizado de conviver com a diversidade.

O Ministério da Educação (MEC 2004, p. 23) nos chama a atenção quanto ao suporte necessário aos educadores e gestores em prol de uma escola inclusiva.

É importante que o procedimento de acesso ao sistema de suporte disponível seja regulamentado pela escola, para evitar que o professor tenha que buscar ajuda apenas por iniciativa própria. A busca por iniciativa própria sobrecarrega o professor e deixa sem suporte o professor que não tem essa iniciativa. No primeiro caso, se fortalece a cultura de que a busca de soluções para problemas no ensino não é responsabilidade da gestão da escola, enquanto que no segundo, penaliza o processo de aprendizagem e o alcance dos objetivos reais da educação.

Como as leis ressaltam, o processo de inclusão visa um ensino de qualidade. Não só para os que apresentam necessidades educacionais especiais, mas para todos, isto é um ato de direitos humanos.

A criança com Deficiência Intelectual tem direito a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, sendo discriminatória qualquer prática diferenciada que não seja visando suprir as necessidades especiais do aluno. Todos os alunos têm os mesmos direitos e deveres, sem mais limitações, a não ser as derivadas de sua idade e de sua série, e têm direito de receber ajuda e o apoio necessário para compensar as carências e necessidades especiais que impeçam ou dificultem o acesso e a permanência no estabelecimento de ensino.

Segundo o documento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) Art.15:

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e a dignidade como seres humanos em processo de desenvolvimento...” e continua no art. 53: “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa (...) assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Em consonância a isso, afirma a Constituição Brasileira, no Art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família...” e no Art. 208, inciso

111: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Assim, acima de tudo, a questão da inclusão deve ser vista como um direito constitucional.<sup>2</sup>

Atualmente, a palavra “inclusão” ganhou espaço no discurso político educacional nacional. Tal discussão ampliou seu espaço e força nos últimos anos, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 9394/96) que estabelece, nos Artigos 58 e 59, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais preferencialmente na rede regular de ensino.

Para a consolidação da atual proposta de educação inclusiva, é necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento dos programas a serem implementados. “Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas” (SANT’ANA, 2005, p. 228).

Sage (1999, p. 129) analisa a relação entre o gestor escolar e a educação inclusiva, reconhece que a prática dessa educação requer alterações importantes nos sistemas de ensino e nas escolas. Para o autor, os gestores escolares são essenciais nesse processo, pois lideram e mantêm a estabilidade do sistema.

As mudanças apontadas para a construção da escola inclusiva envolvem vários níveis do sistema administrativo: secretarias de educação, organização das escolas e procedimentos didáticos em sala de aula. A política de inclusão escolar definida conforme a Declaração de Salamanca (ESPANHA, 1994, p. 6),

O desafio com que se confronta esta escola inclusiva é o de ser capaz de desenvolver uma pedagogia centrada nas crianças, susceptível de as educar a todas com sucesso, incluído as que apresentam graves incapacidades. O m rito destas escolas não consiste somente no facto de serem capazes de proporcionar uma educação de qualidade a todas as crianças; a sua existência constitui um passo crucial na ajuda da modificação das atitudes discriminatórias e na criação de sociedades a colhedoras e inclusivas. É imperativo que haja uma mudança na perspectiva social, pois, por tempo já demasiado longo, as pessoas com deficiência têm sido marcadas por uma sociedade incapacitante que acentua mais os seus limites do que as suas potencialidades.

---

<sup>2</sup> Na Conferência Internacional na Cidade de Montreal- Canadá (ocorrido nos dias 05/06 de outubro/2004) o Brasil também participou, foram realizadas discussões sobre a nova nomenclatura. A convenção Internacional de Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência , organizada pela ONU(Organizações das Nações Unidas) definiu a nova nomenclatura para se referir às pessoas com deficiência mental, a partir desta data a forma correta e utilizada é DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.

Com isso, retomamos a Declaração de Salamanca (1994), as discussões sobre “Educação para Todos”, considerando as peculiaridades de cada aluno e entendendo que o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular é a melhor alternativa para a construção de uma sociedade mais humana e fraterna. A partir dessa recomendação, criou-se o conceito de escola inclusiva, cujo principal desafio é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de, bem sucedidamente, educar a todas elas.

Em suma, muitos documentos têm proclamado o direito fundamental de todos a uma educação de qualidade que, além de garantir o acesso e a permanência na escola, contemple a heterogeneidade dos educandos. Com isso, o caminho a ser percorrido pela educação inclusiva é longo, sinuoso, cheio de obstáculos e dúvidas. Diante disso (re)pensar políticas e práticas de inclusão escolar é refletir sobre possibilidades para romper com as barreiras da exclusão, de modo a garantir que todos os educandos, com ou sem deficiência intelectual e múltipla, estejam aprendendo juntos nas salas de aula do ensino regular.

## **1.1 A função do Gestor Escolar**

O artigo 14 da LDB 9394/96 define que:

O sistema de ensino deve estabelecer normas para o desenvolvimento da gestão democrática nas escolas públicas de educação básica. Essas normas devem estar de acordo com as peculiaridades de cada sistema e garantir a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola, além da participação da comunidade local em conselhos escolares.

A gestão democrática requer a qualidade social da educação. Seus princípios estão no respeito as diversidades humanas e culturais e comprometendo-se com uma sociedade justa e igualitária, a formação humana e cidadã é a sua principal

finalidade. Contudo a sua posição central na escola exerce forte influência, tanto positiva, como negativa sobre todos os setores pessoais da escola.

A democracia é responsável por garantir a qualidade social da educação, que acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da escola, fundamentalmente na sala de aula, assim como em todas as demais ações pedagógicas do trabalho coletivo.

Nota-se pelo o que diz Santos (2002, p. 58-59):

O educador não é um trabalhador qualquer. Seu campo de ação é o ser humano, com sua expectativa e projetos de vida, que merece todo respeito. Mais que um trabalho, é uma missão, uma vocação. Difícil desempenhar dadas as condições precárias, o descaso governamental, o próprio descrédito e desprestígio da escola. Porém um trabalho inadiável e imprescindível. A criança, o jovem, o adulto aí estão. Sofrendo, como o professor e o diretor, injustiça a violência, a carência e todos os problemas de um sistema.

Assim, o gestor, no processo da gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas públicas, coloca-se hoje como um dos personagens fundamentais para que ocorra a qualidade da educação. A isso se agrega no processo um dos maiores desafios dos educadores: a democracia, assim como a cidadania, que se fundamentam na autonomia, na abordagem da gestão democrática do ensino público, que passa pela sala de aula, pelo projeto político-pedagógico, pela autonomia da escola.

Cabe ao gestor intermediar a elaboração proficiente de ações pedagógicas que contemplem de formas específicas a todas as modalidades de ensino presentes na instituição escolar. Neste caso gerir de forma democrática o Projeto Político Pedagógico pode contribuir para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade nessas instituições. Entretanto, para que esta ação se concretize em uma conquista efetiva, precisa passar da determinação à concretização. E o gestor tem um papel imprescindível nesse processo.

Entretanto, para um Gestor ter êxito, Lück (2006, p. 41) diz:

A gestão democrática ocorre na medida em que as práticas escolares sejam orientadas por filosofia, valores, princípios e ideias conscientes, presentes

na mente e no coração das pessoas, determinando o seu modo de ser e de fazer". Nesse sentido, a nova maneira de organizar e pensar a gestão democrática conta com um instrumento fundamental ao incremento da participação que é o projeto político pedagógico.

Para melhor entender a função do gestor, na elaboração proficiente do Projeto Político Pedagógico citamos Lopes e Mendes (2006, p.12)

[...] o gestor deve ser capaz de organizar, relacionar, refletir e analisar a melhor forma de cuidar do setor que ele administra para que consiga êxito no que se propõe a fazer. A administração é uma atividade produzida pelo homem e que se ocupa com a organização do esforço coletivo, isto é, com a organização do trabalho na sociedade.

Partindo do princípio de que o gestor pedagógico é um dos profissionais de fundamental importância na escola, entende-se que cabe a ele de forma democrática articular ações empreendedoras para a melhoria da qualidade da educação. Afirma-se, portanto, que o trabalho desenvolvido pelo gestor escolar tem contribuído bastante para a práxis pedagógica, uma vez que o mesmo na sua função articuladora não deve oferecer receitas prontas, porém conceber através do diálogo, sugestões e troca de saberes, ações que viabilizem o crescimento do grupo e, por conseguinte, a melhoria do ensino aprendizagem.

É um grande desafio para o gestor escolar atuar e desenvolver formas de organização inovadoras, empreendedoras e participativas, mas isto é indispensável.

Algumas das importantes e atuais funções do gestor escolar são prever e se antecipar às mudanças, assim, o gestor deve saber ir além e intuir as mudanças, aprender a pesquisar, avaliar e enfrentar os novos desafios. Sendo assim, o gestor para liderar as mudanças e implantá-las deve ter a consciência da existência de riscos para que assim possa evitar possíveis erros, por meio de um planejamento bem elaborado e participativo. No entanto, os erros e acertos do passado podem ser fundamentais para direcionar as decisões futuras.

Diante dos novos desafios do sistema educacional, é missão do gestor inteirar-se e integrar-se dos discursos e leis que regem a educação, para que possa mobilizar todos os sujeitos da escola nas tomadas de decisões que irão nortear o trabalho escolar de forma democrática. Pois, para que isso aconteça, é

imprescindível que os integrantes da escola tenham uma nova concepção e uma forma diferenciada de se trabalhar, ou seja, uma constante renovação na sua postura, para transmitir um conhecimento de nível elevado para preparar o aluno a ser criativo e pensante.

Para que o gestor escolar consiga enfrentar mudanças significativas que elevem o padrão da escola, é preciso que ocorra uma mudança significativa na atitude das pessoas, com o objetivo de que as mesmas passem a encarar a inovação como um desafio e sintam-se estimuladas pela motivação pessoal e, assim, se tornem capazes de ir além dos seus próprios limites.

Para Santos (2002/p/94)

Implantar um processo de mudança na instituição o gestor precisa elaborar um planejamento para que a escola consiga atender aspectos como: responder às transformações impostas pela sociedade; compreender que a comunidade escolar é o foco dessas mudanças; motivar os profissionais a encararem a mudança como um desafio pessoal; desenvolver uma cultura organizacional de desafio constante, para estar preparada para reagir imediatamente às novas mudanças; realizar reuniões com os seus participantes, visando detectar os fatos que podem ser considerados geradores de mudanças estratégicas na organização e apresentar os benefícios que poderão tirar disso.

Para que o gestor escolar possa gerir de forma democrática, basta que ele exercite sua autonomia. Essa prática dar-se-á através da capacidade de refletir e agir diante de suas próprias opiniões. Ele necessita fazer com que as pessoas se conscientizem de que uma instituição educacional não deve ser um espaço para o exercício de poder, mas sim um lugar onde as pessoas se unem em torno de objetivos comuns.

Entenda-se por gestão participativa que esta deve ser construída num trabalho conjunto com toda comunidade escolar, participando de um processo contínuo de formação-ação. Tal processo deverá ser fundamentado numa educação democrática, solidária, criativa, emancipatória, que reconhece as diferenças a diversidade humana com todos os envolvidos na educação.

Os gestores escolares possuem várias e importantes funções dentro da escola, atribuições estas que nem sempre são realizadas com satisfação. No entanto, pode-se reverter este quadro com as seguintes ações:

Segundo Santos (2002, p. 41):

1. Efetivando a gestão participativa, envolvendo todos os profissionais da escola no planejamento das atividades nos aspectos administrativos, pedagógicos, políticos e éticos;
2. Solucionando a insatisfação dos profissionais devido à sensação de impotência e inutilidade diante do fracasso da escola em educar as novas gerações;
3. Conscientizando todos de que somente a prática participativa e democrática pode provocar mudanças significativas e benéficas para a escola.

As responsabilidades do gestor escolar são várias, pois ele é responsável pelas questões pedagógicas, financeiras e administrativas e precisa coordenar e controlar todos os setores do ambiente escolar, compreendendo sua atribuição como gestor, motivador e agente de transformação. Assim sendo, o gestor, deve despertar o potencial de cada componente da instituição, transformando a escola num ambiente de trabalho contínuo, onde todos cooperam, aprendem e ensinam o tempo todo.

## **2 GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PERSPECTIVA NECESSÁRIA E EMERGENTE NA ESCOLA**

A inclusão, como consta nos parâmetros políticos, como por exemplo, no decreto nº 6.094/2007, garante a todos os indivíduos acesso e permanência no ensino regular. Para tanto, os alunos com necessidades educacionais especiais, devem ser contemplados com atendimento especializado que compreenda e possibilite seu desenvolvimento potencial. Essas afirmativas são pressupostos básicos para fortalecimento da inclusão nas escolas públicas (BRASIL, 2008).

A partir da Política Nacional de Educação, o alunado de educação especial (MEC/SEEP, 1994, p.13),

[...] É aquele que por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. Genericamente chamados de portadores de necessidades educacionais específicas, classificam-se em: portadores de deficiência (mental, auditiva, visual, física e múltipla), (portadores de condutas típicas e problemas de conduta e portadores de altas habilidades (superdotados).

Neste contexto, podemos inferir que a gestão escolar como um todo, tem muito a crescer diante da proposta que se discute: a educação é inclusiva se considerar os pressupostos citados anteriormente. Isso se dá, visto que o acesso a escola é um direito de todos, responsável pela qualidade do ensino sob aspecto cognitivo, social e cultural.

Sabe-se hoje que a inclusão social é entendida como o processo pelo qual a sociedade, em todas as suas dimensões, adapta-se para incluir pessoas portadoras de necessidades especiais, ocorrendo, de forma paralela, o preparo dessas pessoas para assumirem seus papéis e desenvolverem seus potenciais no convívio social. Esse processo implica, necessariamente, a reestruturação dos processos educativos formais, como ressalta a Declaração de Salamanca, Documento Oficial da UNESCO (1994, p. 23-24), que preceitua:

A boa gestão escolar depende do envolvimento activo e criativo dos professores e auxiliares, assim como do desenvolvimento duma cooperação eficaz e dum trabalho de equipe, destinado a satisfazer as necessidades dos alunos.

O papel da ação docente, e a real contribuição da equipe de gestão é essencial para que todos tenham envolvimento no processo educativo. Cabe a equipe mediar um diálogo permanente, ao articular saberes em suas diversidades, proporcionar vivências significativas para a formação integral do indivíduo. A inclusão deve fazer parte de uma proposta não segregativa e abranger os educadores, a família e a comunidade e estar embasada numa filosofia que proporciona a todos, igualdade e respeite as diferenças.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 24), ainda nos informa que, os professores exercem, no entanto, ação fundamental como gestores do processo educativo, apoiando os alunos na utilização de todos os recursos disponíveis quer dentro quer fora da sala de aula.

A inclusão é um aspecto que precisa estar presente no cotidiano e em todas as instâncias do convívio em sociedade, seja na família, na escola ou na comunidade em que vive de maneira digna evidenciando suas potencialidades e minimizando suas dificuldades, tornando-o mais independente possível.

Neste sentido, Mazzotta (1998, p.75) reforça a ideia que

No contexto da sociedade democrática que pretendemos construir, temos que propugnar por uma educação de qualidade para todos, seja através da “escola democrática”, da “escola para todos”, da “escola compreensiva”, da “escola integradora”, da “escola inclusiva”, ou da “escola de candanga”. O fundamental é compreendermos que sua concretização depende de cada um de todos nós, já que a inclusão ou não segregação implica essencialmente um sentimento ou atitude de respeito ao outro como cidadão. E tal proposta não comporta qualquer exclusão sob qualquer pretexto.

Acredita-se que hoje os gestores devem ser profissionais comprometidos em atender às diversidades dentro de suas singularidades, buscando a formação integral do indivíduo e com a formação do cidadão, apto a exercer cidadania.

Cabe aos gestores acompanharem e proporcionarem o desenvolvimento integral dos educandos, buscando promover, por um lado, às conquistas individuais e coletivas e, por outro lado, trabalhar com o conhecimento das diferenças individuais e o respeito por elas por meio de discussões, reflexões, interação com a família, comunidade, corpo docente e os demais no processo educativo.

O estudo de organização e de gestão denominado democrático participativo acentua tanto a necessidade de estabelecer objetivos e metas quanto a de prever formas organizativas e procedimentos mais explícitos de gestão e de articulação das relações humanas. Para Libâneo (2003, p. 382),

A organização torna-se um agrupamento humano formado por interações entre pessoas com cargos diferentes, especialidades distintas e histórias de vidas singulares que, entretanto, compartilham objetivos comuns e decidem, de forma pública, participativa e solidária, os processos e os meios de conquista desses objetivos.

Para tanto, os gestores devem mediar as inter-relações e interações para que ocorra um processo de ensino-aprendizagem inclusivo e qualitativo, no qual todos os sujeitos terão voz e vez, ou seja, poderão cumprir os seus deveres e exigir os seus direitos, de forma que estejam sempre atentos a legislação e as políticas públicas vigentes.

A equipe gestora deve construir junto aos educadores esforços coletivos para uma educação transformadora pautada nos princípios éticos, humanistas e reflexivos com a finalidade da educação deve estar voltada para os alunos, na qual todos os alunos têm as mesmas oportunidades de acesso, permanência e sucesso escolar, cabendo aos gestores mediar todas as discussões em torno da educação inclusiva.

A escola é desafiada a todo o momento quando proporciona uma proposta de educação inclusiva, pois é pelas diversidades que se constroem escolas críticas, responsáveis e comprometidas com a formação de cidadãos atuantes, reflexivos na sociedade em que vivem.

Nesta concepção de totalidade cabe aos gestores participarem, mediar, construir o processo educativo com os demais envolvidos. E, a equipe gestora precisa articular o processo da educação inclusiva, oportunizar a integração entre

todos os envolvidos no processo educativo, estabelecer relações e inter-relações entre toda comunidade escolar e contemplar todos os educandos, considerando suas diferenças individuais e ressaltando as suas potencialidades.

O ensinar é um processo contínuo, uma construção coletiva, aproveitando-se das diversidades dos saberes, oportunizando trocas. O professor deve buscar trabalhar de forma solidária e compartilhada com seus alunos bem como com os envolvidos no processo educativo e aceitar o desafio com empenho, competência e humildade para ensinar e aprender.

Com isso, Freire (1996, p. 47), salienta que:

Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em sala de aula devo estar sempre aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, as suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face de tarefa que tenho-a de ensinar e não a de transferir conhecimento”.

Partindo disto, o educador deve oportunizar-se uma prática reflexiva, uma mudança de postura, diante das legislações que regem a inclusão, para que esta não seja vista como uma imposição, mas como uma garantia aos direitos de todos a uma educação de qualidade não excludente, norteado-se na Proposta do Projeto Político Pedagógico da escola construído coletivamente com toda equipe escolar focalizando a inclusão de alunos com deficiência intelectual.

### 3 APRESENTANDO OS COLABORADORES DESTE PROCESSO:

#### 3.1 Contexto Investigativo

Passamos a analisar o roteiro das entrevistas realizadas em três Escolas do Município de Constantina-RS, com Gestores que atuam ou atuaram em sala de aula com alunos com deficiência Intelectual e múltipla segundo Diagnóstico Neurológico.

Por uma questão ética de preservar a identidade dos entrevistados denominamos de escola “A”, “B”, “C”, as respostas mais significativas obtidas serão transcritas na íntegra, primeiramente analisamos os dados coletados dos Professores pesquisados, e num segundo momento os resultados dos Gestores.

Quando questionados sobre **qual é a proposta da escola (PPP) sobre inclusão e se a mesma é atualizada**, os três educadores entrevistados não responderam a pergunta, ficando em silêncio preferindo não falar.

#### **Os Gestores responderam a pergunta argumentando-a:**

- Escola “A”: “Desenvolver a independência na realização de ações e no relacionamento interpessoal; utilizar a música como forma de desenvolvimento e expressão, interação social, auto-estima e auto-conhecimento; desenvolver a capacidade de produções artística e a valorização das mesmas; promover ações que propiciem o desenvolvimento integral da criança em seu aspecto físico, psicológico, intelectual de linguagem, sócio afetivo, completando a ação; possibilitar a auto- expressão, valorizando o movimento em seus aspectos sócio-afetivos, contribuindo para o desenvolvimento neuropsicomotor”

- Escola “B”: “ A proposta é de acordo com a política nacional de educação especial, na perspectiva da Educação Inclusiva.É atualizada.”

- Escola “C”: “O PPP da Escola é de 2010, portanto de certa forma atualizado, com o ciente do jurídico da SEDUC/RS, constando regras sobre a inclusão conforme a legislação vigente”.

Percebemos que para os educadores esta proposta é desconhecida ou talvez não é praticada, pois o Projeto Político Pedagógico é um instrumento necessário para a ação e transformação na escola.

Vasconcellos ( 2005, p.143) enfatiza a importância do PPP ao afirmar que ele é :

“(...) um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica, e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola.”

Os Gestores salientam que, o processo inclusivo é executado nas suas ações no contexto escolar garantindo a melhoria do desenvolvimento do ato educativo, possuem um papel fundamental na elaboração do PPP, pois eles exercem uma influência direta ou muitas vezes propõem uma controlada pressão no cotidiano da escola.

A outra pergunta realizada com os professores e Gestores foi **sobre se a escola está adaptada com infra-estrutura, material didático para atender alunos com deficiência intelectual**. Tivemos as seguintes respostas:

**Primeiramente a resposta dos educadores nos mostra que:**

- Escola “A”: “A escola faz as suas adaptações, ou seja, o professor a partir da dificuldade do aluno tenta adequar os materiais, mas nem sempre dá certo. Na nossa escola não tem material específico para a nossa clientela, é preciso buscar.”

- Escola “B”: “Em ambas as escolas que trabalho temos alunos com deficiência intelectual. As escolas apresentam acessibilidade mas precisa melhorar a mesma em banheiros. É ausente material didático”.

- Escola “C”: “A escola não tem rampas de acesso, banheiros adaptados, nem atendimento especializado, mas recebe apoio pedagógico, em caso de necessidade, da Escola de Educação Especial”.

**Para os Gestores as respostas foram as seguintes:**

- Escola “A”: “Acreditamos que nunca estamos “prontos”, mas num processo contínuo de investimento e aprimoramento para atender a clientela com deficiência intelectual. No entanto, a instituição tem uma história educativa significativa, respaldada pelo interesse dos alunos e pela vontade que eles mostram em estar na APAE e sentem-se orgulhosos por fazerem parte da instituição, dos projetos e ações

desenvolvidos. Com relação aos materiais contamos com recursos adaptados e profissionais habilitados”.

- Escola “B”: “Dentro do possível sim. Temos a SARE com profissional qualificado (formado), temos material didático(multifuncional). Mas claro que ainda temos carência de muitos outros materiais”.

- Escola “C”: “Alguns espaços são adaptados, outros não. Temos somente duas professoras com curso específico em educação especial. No que diz respeito ao material temos alguns livros na Biblioteca em Braille e com letras maiores, portanto para deficientes visuais. Minha conclusão: pouquíssimas escolas regulares da região estão preparadas para receber alunos para inclusão, seja da rede pública como da rede particular”.

Na legislação vigente sobre educação inclusiva, nela consta que, todas as pessoas têm o direito a uma educação de qualidade, percebemos com clareza na entrevista com educadores e gestores a preocupação com infra-estrutura, material didático adaptado, estas escolas ainda estão carentes destes apoios para receber alunos com deficiência intelectual e múltipla.

Ainda estes professores e gestores tem a clareza que estão incluindo e almejando e se esforçando para oferecer um atendimento de qualidade às necessidades educativas especiais, estão fazendo alusão às adaptações dos currículos e de seus processos avaliativos.

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB (Lei nº4024/61), onde se admite certa adaptação nos currículos, a educação brasileira vem requerendo uma nova postura dos profissionais no âmbito educacional.

Para tanto os professores e gestores das escolas comum ressaltaram o número de alunos que frequentam a mesma ficando entre três e cinco. Na escola Especial do Município de Constantina frequentam 43 alunos com diagnóstico deficiência intelectual e múltipla.

Para compreender um dos maiores desafios da educação contemporânea, na Educação Inclusiva, é preciso entender o ideário reinante, pois este é o reflexo dos fatos historicamente constituídos.

Para Gadotti (1995, p.18),

A educação tem importante papel no próprio processo de humanização do homem e de transformação social, embora não se preconize que, sozinha, a educação possa transformar a sociedade. Apontando para as possibilidades da educação, a teoria educacional visa à formação do homem integral, ao desenvolvimento de sua potencialidade, para torná-lo sujeito de sua própria história e não objeto dela.

Para que de fato aconteça uma educação inclusiva é fundamental valorizar a diversidade humana, esta ideia contribui para tornar o convívio escolar, e oportunizar uma transformação no sistema de ensino que vem beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade de cada sujeito.

A partir desta realidade evidenciada no município de Constantina, procuramos através das entrevistas articular duas grandes categorias, quais sejam: **Concepção de Inclusão e Estratégias/trabalhos realizados com a perspectiva de inclusão.**

### **3.2 Concepção de Inclusão**

A Constituição Federal (1988), contudo, garante a educação para todos e isso significa que é para todos mesmo e, para atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania. Além disso, elege como um dos princípios para o ensino, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I), acrescentando que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V).

Entendemos que a educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. Pensar no outro, no diferente, na diversidade, é pensar na possibilidade de conviver em grupo sem discriminação.

Neste sentido, Montoan (2003, p. 53),

Sublinha a importância da inclusão na escola: a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente.

Quando questionamos os educadores sobre **o que pensam sobre inclusão**, tivemos os seguintes resultados:

- Escola "A": "É um processo que necessita o comprometimento de todas as pessoas envolvidas no processo escolar, na aprendizagem, alunos, professores, pais... a escola tem que criar um ambiente inclusivo, não simplesmente inserir o aluno na sala de aula. Devem ocorrer "mudanças" que vão desde a concepção dos professores até a estrutura física da escola".

- Escola "B": "Penso que a inclusão é necessária e muito importante pois na escola regular os alunos com deficiência intelectual poderão conviver e vivenciar com realidades diferentes que não irão encontrar nas escolas especiais".

- Escola "C": "Para mim inclusão é respeitar as diferenças, é a igualdade de direitos a todas as pessoas, portadoras de necessidades especiais ou não, sem discriminação de raça, cor, religião, poder aquisitivo".

**Os Gestores entrevistados ressaltaram o seguinte sobre o que pensam sobre a inclusão:**

- Escola "A": "Falar de inclusão acredito ser ainda um tema complexo e pontuado por conceitos e visões diferentes. Incluir, de fato, é um momento da vida do ser humano, num tempo espaço onde ele sinta-se acolhido, respeitado e estimulado nas habilidades e competências que ele domina e ou tem possibilidades de avançar".

- Escola "B": "Sinceramente, nunca vi nenhuma forma mais eficiente de inclusão. Os alunos portadores de necessidades especiais são colocados em turmas cheias, com professores sem formação e não estão preparados para atendê-los, não há infra-estrutura adequada e nem ajuda de profissionais especializados. Se um aluno necessita de atendimento especial, o justo é que ele o tenha, coisa que é impossível em uma escola não preparada para oferecer tal tratamento. Creio que um dos grandes nós da questão, é que as leis são aprovadas por teóricos que não sabem e nem imaginam a rotina de uma escola ou sala de aula. Mas ao mesmo tempo entende que a inclusão deve realmente ser feita, não se deve excluir esses alunos do convívio normal da sociedade, pois é o que vão enfrentar do portão da escola pra fora. Sou a favor da inclusão, no começo será difícil, mas preciso dar o primeiro passo."

- Escola "C": "A inclusão precisa acontecer em todos os setores da sociedade, porém é preciso que pessoas e espaços estejam preparados para ela. Algumas

situações nos deixam nervosos e até mesmo amedrontados, pois é uma realidade diferente da nossa no dia a dia”.

A lei é clara e diz que todos têm direito à educação. As pessoas não são iguais, portanto o aprendizado também não é igual. A aprendizagem situa-se em um processo de enriquecimento tanto para quem oferece quanto para quem recebe.

Como observou Cury (2003 p. 155),

Na escola dos meus sonhos cada criança é uma jóia única no teatro da existência, mais importante que todo dinheiro do mundo. Nela, os professores e os alunos escrevem uma belíssima história, são jardineiros que fazem da sala de aula um canteiro de sonhos.

A inclusão é um direito de todo cidadão, para que haja é preciso mudar a forma de pensar e agir, é preciso respeitar o outro como ele é, respeitar as diferenças e o tempo de aprendizagem de cada ser. É de suma importância, para a inclusão educacional almejar resultados positivos Escola, educador, o educando devem estar preparados para receber e conviver com sujeito com deficiência intelectual e múltipla. O trabalho de inclusão educacional é um desafio, mas um trabalho de toda uma sociedade ou comunidade envolvida em melhorar a qualidade de vida dessas pessoas tão especiais que tanto nos surpreendem.

Questionados os educadores e gestores sobre **se sua Escola é inclusiva**, tivemos os seguintes dados:

**Fala dos Professores:**

- Escola “A”: “Minha escola está caminhando rumo a inclusão. Necessita ainda ocorrer transformações, na escola que acredito devam começar pela nossa formação, a formação dos professores”.

- Escola “B”: “Parcialmente, pois aceita os alunos vindos para nossa escola, porém, há pouco suporte de material didático”.

- Escola “C”. “Sim, costuma receber sempre quem a procura, sem discriminação ou preconceito”.

**Fala dos Gestores:**

- Escola “A”: “A instituição APAE é inclusiva. No entanto, temos um longo caminho a percorrer, buscando ações que possam melhorar e qualificar o

atendimento junto a cada aluno da Escola, aprimorando e focando as atividades tendo a sensibilidade de focar em cada especificidade de aluno”.

- Escola “B”: “Sim, recebemos alunos que vieram da APAE, sempre aceitamos os educandos de forma receptiva e trabalhando para atender a todos da melhor forma, tentando atendê-los com recursos que temos da melhor maneira possível”.

- Escola “C”: “Sim e não. Sim, porque apresenta em seu PPP a questão da inclusão e temos alguns espaços adaptados. Não, porque professores e agentes educacionais não têm preparo, com exceção de duas professoras. Alguns professores demonstram interesse em ver com outros olhos alunos com deficiências agregando-os às atividades do dia a dia.

Percebemos nos sujeitos entrevistados que, a inclusão é uma trajetória difícil, acreditamos no potencial de cada professor e gestor, que está lutando, ousando e contribuindo para que a inclusão seja de fato direito de todos. cremos na transformação da educação e na dignidade de uma classe que luta por direitos iguais, fazendo com que nossa sociedade se torne mais justa, fraterna e igualitária. Como diz Montoan (2002, p.20), “uma escola de qualidade é um espaço educativo, de personalidades humanas, críticas, uma instituição em que todas as crianças aprendem a ser pessoas”.

Uma Escola inclusiva é feita de ações concretas, que possibilitem a todas as crianças o aprendizado. A construção da escola inclusiva é um projeto coletivo, que passa por uma reformulação do espaço escolar como um todo, implica compromisso com o processo educacional por parte de todos que nele estão envolvidos: professores, pais, diretores, dirigentes, secretários de educação, comunidade etc. Uma escola democrática é uma escola para todos.

### **3.3 Estratégias/trabalhos realizados com a perspectiva de inclusão**

Nas três escolas pesquisadas para realizar este trabalho, constatamos que de fato a inclusão escolar acontece parcialmente, pois os educadores e gestores estão conscientes quanto à falta de preparo de muitos professores, material didático e infraestrutura. A inclusão acontece da seguinte maneira, o acesso e recebimento desses alunos não é negado, pois é notável o conhecimento da lei vigente para que todos tenham direitos iguais.

Assim, o aluno com deficiência intelectual e múltipla frequenta a escola comum, a mesma realiza adaptações para que este sujeito se sinta valorizado, mas os mesmos salientam que não é uma tarefa fácil, exige muito preparo, conhecimento, esclarecimento para que de fato este aluno não seja excluído no ambiente escolar. As escolas fazem o possível para atendê-los mas nem sempre as estratégias de trabalho e metodologias dão certo.

A preocupação é visível, em uma das escolas analisadas, não tem nenhum profissional habilitado para auxiliar professores e alunos na escola, buscam sempre ajuda quando necessário com a equipe da APAE- de Constantina, a mesma dá um suporte teórico auxiliando a criar alternativas para melhorar o atendimento desses educandos, e a ele deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos( Declaração de Salamanca, 1994).

Para que a educação inclusiva seja realmente efetiva e eficaz, o que se propõe é que se cumpram as leis. A escola inclusiva tem por fim promover o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos com necessidades educativas especiais, na rede regular de ensino, de forma real, já que existem tantas possibilidades de fazê-lo.

Em outra escola comum, por dispor de profissional habilitado observamos professores e gestores que também há grande preocupação com os alunos incluídos no ambiente, pois segundo eles é um desafio, uma tarefa nada fácil, por que as turmas são grandes, mas tentam da melhor forma possível criar metodologias e trabalhos diferenciados, procurando favorecer crescimento humano, desenvolvendo capacidades e habilidades.

A luta pela escola inclusiva, remete a refletir e reconhecer , que trata-se de um posicionamento social , que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças. Percebemos que educadores e gestores estão incumbidos de boa vontade e compromisso, estão trabalhando para que de fato a inclusão no ambiente escolar aconteça, embora ainda tenham muito o que fazer para que de fato realmente a inclusão seja ainda mais efetiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa de incluir exige conhecimento por parte da legislação vigente, formação, qualificação, compromisso e aceitação. Amparados por lei a inclusão de alunos com deficiência Intelectual e múltipla, atualmente é considerado um desafio para o gestores e professores nas escolas comuns.

Ainda é notável a preocupação, falta de preparo, material didático e infraestrutura. As escolas de ensino regular não estão totalmente preparadas para receber alunos com necessidades especiais. As mesmas aceitam e fazem o possível para dar um atendimento e um ensino de qualidade para esses alunos.

Mas a inclusão de fato é um grande desafio para os sujeitos entrevistados nesta pesquisa. A escola tem papel importante nessa tarefa porque é um dos principais espaços para trabalhar com a concepção de inclusão, pois nele se encontram pessoas com uma diversidade muito grande em todas as questões como cor, raça, gênero, crenças e culturas que diferem muito de uns para os outros.

Para tanto, a inclusão é um direito do aluno, é um processo contínuo, requer mudanças na concepção e nas práticas de gestão, sala de aula e de formação de professores. É preciso repensar as práticas pedagógicas, adequações no cotidiano escolar. Para que a inclusão aconteça de fato é fundamental que a escola tenha condições e que gestores professores e comunidade escolar estejam atentos a todos esses aspectos que são fundamentais no processo inclusivo.

Com isso, a tarefa do gestor escolar é de incentivar sua equipe e pensar numa escola inclusiva e oportunizar um ensino de qualidade que atenda as particularidades de cada um. É também oferecer um ambiente agradável sem discriminação, garantindo um espaço imprescindível para o desenvolvimento pessoal e da cidadania. Lutar pelo sucesso da inclusão é aceitar a mudança com todo o nosso coração e alma, é desenvolver a capacidade de entender e de reconhecer o outro e, assumir o privilégio de conviver e compartilhar com as diferenças. A escola inclusiva deverá investir em formação continuada para que os Gestores possam estar sempre inovando a prática pedagógica para favorecer e oportunizar um ensino de maior qualidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação- Imprensa Oficial, 1996.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: 09/01/2001.

\_\_\_\_\_. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Brasília: Ministério da Educação, 1990.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente (1990)**. Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares: estratégias para educação de alunos com necessidades especiais**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto; Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

\_\_\_\_\_. **Parecer n.º 17, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica**. Brasília:- Conselho Nacional de Educação, 2001.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Versão preliminar, 2007.

\_\_\_\_\_. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2000.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade. Brasília: MEC; SEB, 2004. v. 3. 20.

CARNEIRO, Relma U. C. **Formação em serviço sobre gestão de escolas inclusivas para diretores de escolas de educação infantil**. Tese – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DUTRA, Cláudia. P.; GRIBOSKI, Cláudia M. Gestão para Inclusão. **Revista de Educação Especial**, Santa Maria, n. 26, p. 9-17, 2005.

Espanha. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha, 1994

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **História da Idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1995.

KASSAR, Mônica de C. M. Retrospectiva e perspectiva da educação especial no Brasil. **Teoria e Prática da Educação**, p. 19-27, nov. 1999. Editor Alternativa, 2001.

MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método na Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas pública**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Enicéia G. Perspectivas para a Construção da Escola Inclusiva no Brasil. In: PALHARES, Marina S.; MARINS, Simone C. F. (Orgs.). **Escola Inclusiva**. São Carlos: EDUFSCar, 2002. p. 61-86.

Recanto das Letras em 26/04/2008 Código do texto: T963581, autoria: Sâni E. Armelin.

SAGE, D. D, **Estratégias administrativas para o ensino inclusivo**. Porto Alegre: Artes Médicas. (1999).

SANT'ANA, Izabella M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio/ago., 2005.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um Discurso Sobre as Ciências**. 13. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

UNESCO; MEC-Espanha. **Declaração de Salamanca e linha de ação**. Brasília: CORDE, 1994.